

INTERVENÇÃO AO II CONGRESSO INTERNACIONAL MARX EM MAIO

Anotações para pensar o Estado atual e o capital-imperialismo

Virgínia Fontes*

Agradeço ao GEM-Grupo de Estudos Marxistas, em especial na pessoa do João Vasco Fagundes e Luis Gomes pelo convite a participar desse encontro. Aproveito para saudar os amigos José Paulo Netto e Miguel Urbano, pedindo desculpas a todos e em especial aos companheiros de mesa pela impossibilidade do deslocamento, em razão de militância no Brasil.

Este pequeno artigo foi produzido para uma vídeo-conferência que, por razões técnicas, não pôde se realizar. Ele integra uma sequência de reflexões sobre o Estado no capital-imperialismo e expressa portanto um estudo em andamento. Os leitores perdoarão uma certa escassez de citações, dado o objetivo original de uma palestra. O intuito é contribuir para estimular pesquisas e reflexões sobre *como* se organiza o Estado no período contemporâneo, para além das enormes diferenças históricas que envolveram o processo de sua constituição nos diversos países e seus contextos particulares. Em outros termos, as relações sociais (e econômicas) capitalistas se generalizaram, de maneira desigual mas combinada. Ora, tal expansão capitalista resultaria numa forma dominante de organização dos Estados, mesmo se também de maneira desigual e combinada?

A abordagem que privilegiamos parte da obra de Antonio Gramsci, aponta alguns de seus desdobramentos com Nicos Poulantzas e René Dreifuss.

Desde Gramsci...

Vale aqui uma nota prévia. Gramsci exige que não nos limitemos a reproduzi-lo *ipsis literis*, como se sua interpretação estivesse sempre pronta, apta a traduzir de maneira imediata as condições contemporâneas. Ele mesmo sugeria:

“A própria concepção do mundo responde a determinados problemas colocados pela realidade, que são bem determinados e 'originais' em sua atualidade. Como é possível pensar o presente, e um presente bem determinado, com um pensamento elaborado em face de problemas de um passado frequentemente bastante remoto e superado?” (Vol. 1, p. 95) (...) “Conhecemos a realidade apenas em relação ao homem e, como o homem é um devir histórico, também o conhecimento e a realidade são um devir, também a objetividade é um devir, etc.” (GRAMSCI, 2001: 134).

A refinada interpretação sobre o Estado que Gramsci elaborou não deve converter-se em fórmula fixa, e exige constante investigação e aprofundamento. Ela é de enorme utilidade sobretudo por sua capacidade explicativa para fenômenos concretos. Sua atualidade aguça e evidencia a

* Professora do Programa de Pós-Graduação em História da UFF e da Pós-Graduação da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio-Fiocruz. Docente da Escola Nacional Florestan Fernandes-MST.

urgência de análises aprofundadas e documentadas sobre a constante produção e reprodução dos Estados contemporâneos, em sua tensa, íntima e contraditória relação com os aparelhos privados de hegemonia (sociedade civil). Tais pesquisas podem e devem aguçar a capacidade de elaborar ferramentas para apreender os desdobramentos das profundas contradições históricas que envolvem a enorme expansão capital-imperialista a partir de meados do século XX.

Muitas e fundamentais análises apreendem o Estado a partir dos desdobramentos dos processos (e das tensões), buscando capturar a direção resultante. São sínteses provisórias que, muitas vezes partindo da teoria marxista, permitem apreender o conteúdo fundamental das diretrizes políticas e asseguram a continuidade de lutas de resistência às contínuas agressões que vêm sofrendo os direitos dos trabalhadores. Em que pese sua relevância, nem sempre se dedicam a analisar o *modus operandi* concreto das formas de dominação atuais e como se imbricam, no Estado, com as lutas dos subalternos.

A contribuição de Gramsci é inestimável nesse sentido. Na década de 1930, ele deu um passo decisivo ao demonstrar a *maneira como* o Estado capitalista se organiza enquanto *relação de forças em luta* (GRAMSCI, 2000, passim). A ampliação do Estado que ele apontava pode ser analisada sob dois ângulos, ambos complexos: no primeiro, a luta dos setores subalternos (as pressões pela socialização da política), assim como os impulsos modernizantes propriamente capitalistas, ocorreriam num contexto de verdadeiro bloqueio às revoluções de tipo jacobino. Esse bloqueio seria ainda enrijecido como prevenção frente à possibilidade da repetição de uma revolução como a de 1917. Disso resultaria o fenômeno da revolução passiva: um impulso revolucionário dos subalternos, apesar de retido por uma reação conservadora, desembocaria em processos de reformas que, concedendo ganhos reais às massas populares, asseguraria a disseminação do capitalismo. A hegemonia – simplificadamente, a capacidade de direção – de determinados setores das classes dominantes resultaria da derrota das lutas populares (inclusive pela violência), seguida de uma acomodação de tensões no interior da ordem capitalista, tanto entre setores arcaicos e modernos das classes dominantes, quanto entre os subalternos, através de algumas conquistas efetivas.

Historicamente, isso pôde ser observado, nas primeiras décadas do século XX, através do aumento de legislações e instituições públicas de cunho universal, abarcando extensos aspectos da vida cotidiana e abrangendo de maneira mais homogênea as populações de alguns Estados. Gramsci os denominou de “ocidentais”, porém essa referência dizia respeito ao desenvolvimento do capitalismo, e não especificamente ao ambiente geográfico. Nestes Estados houve uma certa extensão de direitos, com ganhos reais para massas cujas lutas, sem alcançar a integralidade de suas reivindicações, viam-se contempladas com algumas reformas, mais ou menos importantes segundo

os países. A contraparte era uma adesão popular a uma hegemonia burguesa, ou a uma dominação com menor teor de violência arbitrária e maior peso para processos de persuasão.

A guerra de posição – levada a efeito pelos dois lados, pelos dominantes e pelos subalternos - poderia consolidar tais conquistas impulsionando sucessivas reformas, consolidando o peso dos trabalhadores no espaço político e permitindo avançar na transformação das relações de produção. O partido revolucionário (o Moderno Príncipe), fincado no solo do mundo do trabalho, mas atento às formas culturais (consolidando um modo de pensar e de sentir, ou uma sociabilidade de novo tipo), deveria assegurar a unificação dessas lutas, organizando os subalternos com uma prática e uma pedagogia contra-hegemônicas. O espaço de manobra dos grupos dominantes poderia ser assim restrito, abrindo a possibilidade de uma transformação radical (inclusive associando a guerra de posição e a “guerra manobrada”, ou de movimento). A guerra de posição se apresentava como uma estratégia para unir forças e encaminhar as lutas de classes por fora e por dentro do Estado, abrindo a possibilidade de alterar a correlação de forças em favor dos subalternos.

Pelo segundo ângulo, e que aqui nos interessa sobremaneira, Gramsci apontava para um *transbordamento das atividades do Estado para além das fronteiras de uma institucionalidade estritamente oficial*. A ampliação do Estado envolvia movimentos contraditórios e mais ou menos simultâneos, traduzindo a constituição de *trincheiras avançadas* da dominação capitalista cravadas de maneira disseminada na vida social, através de inúmeras formas associativas (ele menciona Rotary e Lyon's Club, por exemplo), além de igrejas, sindicatos (patronais e de trabalhadores), imprensa, escola, etc. Ao mesmo tempo em que essas entidades associativas ampliam o Estado (penetram-no e passam a integrá-lo), elas também o disseminam para além de seus limites institucionais. Esse conjunto de aparelhos privados de hegemonia, (que circunscrevem a sociedade civil, para ele), mostrava seu papel crucial como espaços *da dominação e das lutas de classes*. Frente às lutas dos subalternos, a dominação burguesa passaria a obturar espaços livres, tentando preencher com conteúdos adaptativos as formas de sociabilidade que os subalternos procuravam estabelecer à sua revelia. Isso se traduz, na prática histórica, no estabelecimento de cunhas – ou brechas – naquelas entidades associativas de teor mais popular, buscando fazê-las pivotar, converter-se em espaço de harmonia entre as classes. Para os dominantes, essa dupla atuação do Estado (na sociedade civil e nas instituições oficiais) permitia potencializar e consolidar sua hegemonia, uma vez que o aparato do Estado passava a ecoar e a disseminar através do tecido institucional (no todo ou em parte) as formas prevaletentes das visões de mundo conformes à dominação, atravessando diferentes políticas públicas.

A luta de classes, do ponto de vista dos subalternos, passaria a envolver assim permanentes movimentos de avanço e de recuo. As suas conquistas que porventura resultassem em políticas

públicas deveriam adequar-se, ao menos no formato, à modalidade institucional vigente, em conformidade à dominação hegemônica. A extensão de tais aparelhos privados de hegemonia de dominação, assim como os que vicejam entre os subalternos, evidencia que a exigência do Moderno Príncipe – o partido de novo tipo, organicamente ligado aos subalternos e aos trabalhadores – de construir a unidade, trabalhando com a diversidade, se tornaria ainda mais fundamental. Muitas seriam as razões para que os subalternos criassem formas associativas, pois as tensões do mundo urbano abriam-se em múltiplas reivindicações.

O fato de tais entidades associativas – com origens populares ou empresariais – não terem os pés fincados de maneira imediata no âmbito da fábrica (como os sindicatos) não significa que se distanciem do solo da produção. Ao contrário, as lutas de classes (que jamais se limitaram ao espaço único da fábrica), ampliam-se e atravessam doravante todos os espaços associativos e organizativos na vida social, não se limitando apenas àqueles estabelecidos nos limites da institucionalidade (os partidos formais ou os espaços sindicais) ou no espaço de trabalho.

Sublinhando o fato de que se trata de uma *guerra* de classes (fosse de movimento ou de posição), e sem apagar o papel da coerção, a questão da democracia, do convencimento e do consenso assumem papel de destaque. Pelo lado da dominação, ou da hegemonia, abre-se a possibilidade de promover uma *conversão* de reivindicações populares em formas de acomodação à ordem. O tema da democracia, depurada de suas reivindicações igualitárias, foi ressignificado como a maneira menos insegura de produzir um conformismo adequado e submisso às instâncias legais (violência) dentro da ordem capitalista. Do ponto de vista da contra-hegemonia, trava-se um duplo movimento: conseguir fôlego e capacidade organizativa através de conquistas de direitos, pela inserção institucional e, por dentro e por fora dela, assegurar a unidade anti-capitalista no interior de enorme diversidade de lutas, demandas e reivindicações de múltiplas ordens.

O que aparece como o âmbito do político – os partidos, as eleições, o Parlamento, as designações de cargos, os postos públicos – se converte, a partir de Gramsci, na ponta mais visível de um processo muito mais extenso e complexo. Da mesma maneira, a análise do Estado permite desde então acompanhar processos mais sutis, como as múltiplas tensões e lutas sociais (entre e inter-classes sociais) e pode contribuir para uma compreensão mais fina das relações de forças (suas tensões, possibilidades e limites) em atuação na vida social.

Gramsci viveu um período de intensa e bélica expansão do imperialismo, premissa das formas históricas posteriores, que conservaram e aprofundaram elementos fundamentais daquela configuração do Estado. A própria expansão das relações capitalistas para além das fronteiras circunscritas a poucos países resultaria em modificações, inclusive através de modalidades modificadas de ampliação do Estado.

Vale aqui uma observação. A análise crítica do Estado exige pensá-lo como um terreno tenso e inquietante, como um “risco do Estado”. Abrir espaços no âmbito da sociedade civil e do Estado é fundamental para Gramsci, mas a incorporação dos subalternos ao Estado ampliado não é a expressão simples de uma vitória, e pode traduzir sua conformidade à ordem hegemônica. Se a contra-hegemonia necessita consolidar-se previamente à conquista do Estado, ela envolve também a construção de uma força política e social capaz de superar, de fato, os movimentos tentaculares da ampliação do Estado sob domínio capitalista e das formas, amenas ou perversas, de hegemonismos. Para tanto, não é suficiente o espaço estatal, mas é preciso alterar o próprio solo produtivo, ponto de emergência da hegemonia.

Venho insistindo que a expansão do capital-imperialismo a partir da década de 1950 é a expressão de uma divisão social do trabalho em âmbitos nacionais e em escala internacional muito mais profunda e potente do que nos períodos históricos precedentes. Envolve também uma multiplicação sem paralelo de entidades associativas, tanto de origem empresarial, quanto nascidas em âmbitos mais ou menos populares, como reação às inúmeras e crescentes contradições e desigualdades. Tais entidades assumiram escopo internacional numa escala impensável ao tempo de Gramsci e nascem e/ou penetram de maneira profundamente desigual os diferentes Estados capitalistas.

Poulantzas

Passemos agora a uma importante elaboração realizada a partir das reflexões gramscianas, anos mais tarde, no final da década de 1970, ainda antes das vitórias de Thatcher (maio de 1979) e de Reagan, em 1980. Nicos Poulantzas, em seu último livro – O Estado, O Poder, O Socialismo – publicado em 1978, de inspiração gramsciana, aprofunda sua já longa reflexão sobre o Estado, sobre as bases do poder e sobre as condições para o socialismo. Não se detém na análise dos aparelhos privados de hegemonia (nas entidades associativas, ou sociedade civil), mas analisa os efeitos das mais variadas lutas intra frações da mesma classe e entre as classes no interior do aparato estatal. Critica tanto versões reificadas do Estado (quando ele é considerado como um instrumento utilizável por qualquer classe ou fração, como uma Coisa) quanto as interpretações idealizadas (quando é elevado a uma espécie de razão própria e superior, tornando-se uma espécie de “Estado Sujeito”). Poulantzas circunscreve especificamente o Estado *capitalista*, sublinhando sua origem simultânea à das relações sociais de produção (e não posterior). Critica os que reduzem o Estado a pura institucionalidade, apresentando-o como “condensação material de uma relação de forças entre classes”, um verdadeiro campo de forças, cujo papel não é apenas negativo (coerção) mas também material (econômico) e positivo. A concepção “negativa” do Estado, recusada por ele,

remeteria a uma redução do Estado ao binômio coação e/ou engano ideológico. Para Poulantzas, o Estado age positivamente, tanto no sentido de assegurar as relações de produção capitalistas, quanto através da ação no compromisso entre as classes, realizando de uma “série de medidas materiais positivas para as massas populares” (p. 36). Poulantzas preocupava-se sobremaneira com o que denominou de *estatismo autoritário*, ou a crescente ingerência estatal em quase todos os aspectos da vida, de modo a assegurar e a aprofundar as relações sociais de produção capitalista, sob condições de hegemonia¹.

Retomava o tema da violência como integrando de maneira crucial a reprodução das relações sociais capitalistas e como encontravam no Estado o espaço de sua disseminação sob forma legal. Para ele, longe de opor-se à violência, a lei “é o código da violência pública organizada” (p. 86). Ignorar a violência no mundo moderno seria uma grande ilusão: “mesmo que essa violência não transpareça no exercício cotidiano do poder, como no passado, ela é mais do que nunca *determinante*.” (p. 90). Denuncia argutamente o declínio da democracia (pp. 233-307), ainda sob as condições predominantes do que muitos chamaram “Estado de Bem Estar”, pelo distanciamento crescente entre a alta administração e as reivindicações e eleitos populares (dominados), através de “dispositivo institucional preventivo diante do crescimento das lutas populares” (p. 242). Este dispositivo constitui um verdadeiro arsenal não apenas jurídico, mas ativado através de manobras que simulam “falhas” de seu funcionamento, ao passo em que a alta administração do Estado se aproximava celeremente do grande capital monopolista e, nesse âmbito, não ocorriam tais falhas.

Sempre no livro publicado em 1978 (ele faleceria no ano seguinte), Poulantzas assinalaria que “As contradições inter imperialistas, reativadas após o período de sua relativa pacificação, sob a incontestada hegemonia americana, repercutem diretamente no seio do bloco no poder de diversos países. Esse conjunto de fatores delimita um caráter estrutural desta fase: *uma instabilidade hegemônica larvar embora permanente das burguesias dos países dominantes*.” (p. 245, grifos do autor, NP]

Finalmente, Poulantzas aponta em diversas passagens deste livro que “a reprodução induzida do capital estrangeiro (principalmente americano) no seio dos diversos países europeus e sua complexa interiorização no capital autóctone, produz importantes deslocamentos internos deste capital. A emergência de uma nova divisão se manifesta entre o que já denominei, aliás, como *burguesia interna* que, inteiramente associada ao capital estrangeiro (não é o caso de uma verdadeira burguesia nacional) manifesta importantes contradições com ele, e uma burguesia inteiramente dependente desse capital.” (p. 244-5, grifos do autor, NP).

¹ Não é este o espaço para aprofundar essa questão. Vale lembrar que Suzanne de Brunhoff (1976), citada por Poulantzas, compartilhava a inquietação sobre as consequências do desgaste social da enorme ingerência estatal, que assegurava crescentes parcelas da reprodução da força de trabalho, visando a fomentar a expansão do capital.

Em textos anteriores, Poulantzas (em 1973 e 1974) já havia assinalado a importância dessa interpenetração de diferentes burguesias nos Estados dos países centrais. Para ele, na etapa contemporânea do imperialismo, ocorreria uma modificação na relação entre as metrópoles e as formações dominadas: esta dominação não ocorreria mais apenas desde um lado de fora, mas a partir do próprio interior das formações dominadas. As características do capitalismo predominantes nas metrópoles passariam a ser reproduzidas de forma específica no interior das formações dependentes e dominadas, o que se estenderia para seus aparatos estatais e formas ideológicas².

Há mais elementos a explorar em outros escritos de Poulantzas, mas para os efeitos deste trabalho, parece-me que já dispomos de alguns pontos fundamentais. As indicações emanadas de Gramsci sobre as contraditórias formas de ampliação do Estado, acrescidas às de Poulantzas, indicando a penetração no Estado dos interesses compósitos de grandes burguesias imperialistas, subordinadas a outras burguesias (no caso, dos Estados Unidos) nos convocam a aprofundar a reflexão sobre as mediações existentes entre o processo contemporâneo de reprodução do capital, os agenciamentos inter-burgueses, os redesenhos do Estado e a forma da política contemporânea. Como se observa, para ambos os autores, o Estado contemporâneo não se limita meramente à sua aparelhagem institucional, ainda que ela lhe seja co-substantiva. Ambos destacam o peso da coerção (e, portanto, do formato jurídico) presente nas relações sociais e corporificadas da própria Lei. Gramsci destacou as formas pelas quais operavam o convencimento, enquanto Poulantzas, que procura apreender especificamente o Estado sob democracias parlamentares, nas condições de predomínio estadunidense do capitalismo monopolista, trata de evidenciar as manobras pelas quais a presença das classes dominadas no Estado são revertidas em reiterada subordinação.

Queremos aqui destacar a compreensão alargada do Estado – como campo de lutas no processo de dominação de classes – que resulta de nossos autores. Para ambos, a dominação de classes envolve capturar – de certa maneira – as classes dominadas, através de algumas de suas parcelas, para o interior da institucionalidade. Mesmo quando não integram diretamente tal institucionalidade, as lutas das classes dominadas produzem efeitos no agenciamento e organização do aparelhos de Estado. Poulantzas destaca, ainda, os efeitos de tais lutas nas contradições próprias ao Estado, que ocorrem entre instâncias e agências específicas e entre agentes distintamente posicionados no Estado (1981: 177-182). Por outro ângulo, a presença de classes dominantes externas (estrangeiras) alarga ainda mais o Estado, complexificando o seu papel de assegurar a reprodução ampliada de relações de produção capitalistas. Seu papel clássico é o de unificar as classes dominantes, ao tempo em que contém – dividindo-as – as lutas e as reivindicações dos

2 Em coletânea organizada por James MARTIN (2008), há uma versão de 1973 de artigo de Poulantzas sobre a *Internacionalização das relações capitalistas e o Estado-Nação*, que também figura, com pequenas modificações, na obra de POULANTZAS (1974).

subalternos.

Contribuições desde o Brasil – Florestan Fernandes e René Dreifuss

Utilizaremos apenas dois exemplos – de autores magistrais – de como o fenômeno foi apreendido no Brasil, embora não houvesse o intuito de elaborar uma teoria do Estado. Como é sabido, a associação multinacional de capitais de origens diversas gerou o transbordamento por iniciativa imperialista (mas também por adesão burguesa interna) dos processos de industrialização para alguns países secundários desde a década de 1950. Este foi exatamente o período do impulso tanto da industrialização brasileira, quanto do avanço das expropriações do povo do campo e da abertura de imensa fronteira agrícola para o capital. O fenômeno não se limitou ao Brasil, e resultou na formação de burguesias em diversos países profundamente atreladas (subalternas) ao imperialismo. Se tais burguesias respondiam prioritariamente às injunções econômicas, políticas e militares de um país preponderante – os Estados Unidos – não se limitavam a isso. Precisavam crescentemente relacionar-se (direta ou indiretamente) às novas condições de reprodução do capital, quaisquer que fossem suas origens nacionais. Em outros termos, a formação dessas novas burguesias se dava agora de maneira integrada ao imperialismo. Elas se tornariam suas defensoras mais convictas. Florestan Fernandes argutamente alertava que “as burguesias nacionais dessas nações converteram-se, em consequência, em autênticas ‘fronteiras internas’ e em verdadeiras ‘vanguardas políticas’ do *mundo capitalista* (ou seja, da dominação imperialista sob o capitalismo monopolista).” (FERNANDES, 1975: 294-295, grifos do autor)

Outro autor brasileiro merece ser revisitado: René Armand Dreifuss. Num livro já clássico sobre o golpe de Estado no Brasil, publicado em 1981 e que contou com sucessivas reedições, Dreifuss demonstra exaustivamente como ocorreu a preparação empresarial e militar para o assalto ao Estado, visando o desmantelamento das organizações populares e sindicais (DREIFUSS, 1987). É conhecido o apoio estadunidense ao golpe, através de recursos encaminhados à entidade organizativa IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), da atuação diplomática e da remessa de navios de guerra, combustível e armamentos para apoiar os golpistas caso o golpe de estado desembocasse numa guerra civil. O que nos interessa destacar é a atuação conjunta entre setores empresariais brasileiros e congêneres, em sua maioria estadunidenses (porém havia também empresários de outras nacionalidades) tanto na preparação do golpe, quanto no período subsequente, quando colocam em prática uma ação previamente concertada de ocupação dos principais e mais estratégicos postos públicos. O golpe, que favoreceria o conjunto das burguesias monopolistas, seria conduzido principalmente pelo próprio empresariado brasileiro, em extensa rede

de alianças com determinados setores de funcionários (“tecno-burocratas” e militares) do próprio Estado. Dreifuss, também partindo da reflexão gramsciana, em trabalho de enorme pesquisa documental, explicita em livro posterior, a categoria de “elite orgânica”, explicitando a importância de apreender o caráter premeditado e a atuação política consciente realizada por setores dominantes, assim como evidenciar sua eficácia na implementação de organizações, informação, análise e operacionalização de sua intencionalidade (Dreifuss, 1986: 21-31). No caso do golpe de Estado de 1964, Dreifuss apresenta, com fartas provas documentais, o comando unitário que envolveu enorme quantidade de entidades da sociedade civil, como associações de classe, grupos de ação política, escritórios técnicos privados, think-tanks associando funcionários públicos e empresários, além de militares (Dreifuss: 1987: 106). O golpe de Estado resultaria de uma aproximação política de entidades associativas brasileiras de cunho diretamente empresarial, em íntima relação com entidades estrangeiras similares, e teria como resultado sua expansão e ainda maior conexão. Em contrapartida, a ditadura empresarial-militar então imposta cercearia de maneira violenta as iniciativas organizativas de cunho popular.

Em livro posterior, de 1986, sugestivamente intitulado *A Internacional Capitalista*, René Dreifuss analisou as estratégias e táticas do empresariado transnacional. Nele, aborda uma enorme e documentada gama de entidades empresariais internacionais cujas origens remontam a experiências anglo-saxônicas, multiplicadas a partir dos EUA desde os anos 1930, algumas diretamente ligadas ao Departamento de Estado, outras com menor grau de oficialismo, todas associando empresariado e intelectuais orgânicos, e ainda em plena atividade na atualidade. Acompanhou de perto os Round Table Groups (surgidos na Grã-Bretanha); as entidades que se expandem desde os Estados Unidos, como o Council on Foreign Relations (CFR), de 1920, responsável até hoje pela prestigiosa publicação *Foreign Affairs*, o Business Council (1933), e o Committee for Economic Development (CED) (1941). Este último promoveu a organização e continua a assegurar a articulação de uma enorme quantidade de entidades empresariais em todos os continentes. No cenário europeu, o CED conecta entidades como o “Círculo de Empresários de Espanha”, o “Forum de Administradores” (hoje Forum de Administradores de Empresas-FAE) de Portugal e, na França, diversas e conhecidas entidades empresariais ou que agregam intelectuais e empresários.

Há muitos estudos e denúncias das ingerências estrangeiras, em especial aquelas levadas a efeito através de organismos internacionais como o Banco Mundial ou o Fundo Monetário Internacional. Temos porém ainda insuficientes análises sobre esse enorme conjunto de entidades privadas (todas explicitamente sem fins lucrativos), que já de longa data vêm moldando *padrões de atuação política* e de *configuração* dos Estados. É um desafio complexo e que pode (e precisa) ir além de visões imediatamente conspiratórias (ainda que legítimas) e avançar para a compreensão de

quem são, como se organizam e atuam as classes dominantes nos espaços nos quais se reproduz o capital. Tais entidades organizativas se multiplicaram na atualidade, agindo em âmbito interno e externo, nacional e internacional.

Longe de desaparecerem sob uma mítica mundialização sem Estados, ou sob uma suposta sociedade civil internacional ou, ainda, sob uma “burguesia mundial”, os Estados seguem tendo papel crucial na extração de valor e na organização da sociabilidade sob o capitalismo. Assim, trata-se de estimular pesquisas rigorosas do ponto de vista teórico e solidamente calcadas empiricamente, que explicitem como se relacionam tais entidades associativas com os Estados nacionais. Avançar na compreensão do Estado contemporâneo parece-nos essencial para nutrir a luta contra o capital, de maneira a que processos revolucionários de superação das limitações estatais possam enfrentar as verdadeiras casamatas estabelecidas no interior dos Estados e para além deles.

Sobre o capital-imperialismo

Gramsci e Poulantzas, autores mencionados acima, não assistiram a derrocada da União Soviética e, menos ainda, o alcance e a escala da disseminação capilar de relações capitalistas no mundo, tal como ocorreram nos últimos quarenta anos. Tampouco poderiam supor as dimensões da crise social incidindo diretamente sobre os trabalhadores dos países integrantes do centro dominante, crise na qual é perceptível um processo não apenas de rebaixamento das condições de vida, mas uma gradual e desigual aproximação de parcelas da população com as condições de vida de setores dos trabalhadores dos países periféricos. O que houve com as conquistas populares? Como explicar a retirada do apoio de “suas” burguesias nativas à manutenção das diferenças formidáveis entre tais trabalhadores e o restante dos demais trabalhadores no mundo? Essas foram conquistas ligadas exatamente à expansão imperialista, como condição do apoio interno – aberto ou mitigado – à expansão externa, seja na fase colonizadora, seja, em seguida, na fase da origem e primeira expansão das empresas multinacionais.

Em trabalhos anteriores, afirmei que o imperialismo iniciou um salto de escala a partir da década de 1950, dirigido pelos Estados Unidos mas com *intensa participação de burguesias de outros países* (tanto de países centrais, quanto de outros países). Os estudos provenientes do campo da teoria marxista da dependência (também citados por Poulantzas, em 1973), contribuíram ao evidenciar que não se tratava de mero estancamento econômico nos países periféricos, mas de uma maneira peculiar do próprio desenvolvimento capitalista³.

3 Para um debate sobre a relação entre capital-imperialismo e a teoria da dependência formulada por Ruy Mauro

A constituição de espaços tensos de interconexão capital-imperialista, a nosso juízo, não significou a eliminação das contradições entre Estados, mas desenvolveu-se como um resultado de circunstâncias fortuitas e de miríades de lutas sociais e de classes, que emergiam tanto no interior dos países ditos centrais, quanto para além deles. Estabelecida tal inter-conexão nas condições da guerra fria, ela resultaria em novas contradições, impulsionando a tensão a novos patamares, econômicos, sociais e políticos.

O processo inicialmente abordado pelos teóricos da dependência sob as condições da Guerra Fria revela-se agora como algo mais amplo e complexo do que uma relação mais ou menos permanente entre um centro coeso e uma periferia dispersa e fragmentada. Poulantzas demonstrava já na década de 1970 que a interconexão capital-imperialista passou a atravessar também os próprios países tradicionalmente imperialistas, como a França. Ora, o imperialismo não está mais apenas *fora* das fronteiras estatais, se exercendo de fora para dentro (como levam a crer as reiteradas denúncias do imperialismo que se limitam ao papel dos EUA) ou, em outros casos, de dentro para fora delas. Passou a integrar constitutivamente a própria expansão das relações de produção, do conjunto das relações sociais e integra, de maneira complexa, os próprios Estados (dominantes e subalternos).

A categoria capital-imperialismo busca apreender a complicada modificação da produção e reprodução das classes sociais e da reprodução ampliada do capital, examinadas a partir das condições de internacionalização contemporâneas. Este processo hoje penetra o cotidiano da vida social, integra a própria formação prática (e também teórica, educativa) das burguesias e influi sobre a morfologia e as características da classe trabalhadora. Mas ainda seguimos nos primórdios da compreensão desse fenômeno complexo, necessariamente trabalho coletivo. O que significa o alargamento do Estado, como condição de reprodução das relações de produção, nesse contexto?

O capital-imperialismo expressa a mais impactante experiência de socialização dos processos produtivos, com aumento formidável e constante do número de trabalhadores. O volume de expropriações de camponeses acentuou-se a partir da Revolução Verde (1950) e prossegue avançando celeremente. O fenômeno resulta na imposição de concorrência agudizada entre esses trabalhadores, todos submetidos de maneira desigual pelo capital. Essa concorrência entretanto não se dá diretamente num mercado comum de trabalho, pois os trabalhadores seguem em sua grande maioria contidos nas fronteiras nacionais, contrapostos à crescente mobilidade do capital. As tentativas de furar esse bloqueio tendem a ser de último recurso, com o risco da própria vida, como os que enfrentam os muros – físicos, policiais e jurídicos – nos EUA e as levadas de migrantes africanos atravessando o mar Mediterrâneo.

Por maiores que possam parecer as vagas de migrantes, elas constituem uma ínfima parcela das massas de trabalhadores ingressando nos mercados de força de trabalho em todo o mundo. A pouquíssimos a possibilidade de empregos *com direitos* e expectativa de alguma estabilidade futura. Massas enormes e crescentes de trabalhadores disponíveis no mercado em diferentes países do mundo resultam numa socialização profundamente desigual: por um lado, a socialização dos *processos produtivos* em escala internacional, implanta processos produtivos similares, mas conserva e aprofunda fortes desigualdades entre tarefas de concepção/formulação e as destinadas à execução direta. Por outro lado, essa socialização ocorre de modo transversal apoiando-se sobre processos históricos de incorporação e de conquistas no âmbito do Estado capitalista profundamente desiguais. Vale lembrar que muitas lutas das classes trabalhadoras foram restringidas pela ação conjunta entre burguesias locais de países subalternos e burguesias de países imperialistas, contribuindo para o rebaixamento de suas condições de existência. Essa, aliás, uma das razões do movimento que levou o capital-imperialismo a expandir-se para além das fronteiras dos Estados centrais.

O discurso ideológico do empreendedorismo e da inovação procura legitimar a oscilação de parcela dos trabalhadores entre um micro-patronato que se assemelha a uma expansão do trabalho informalizado sob novas condições e a franca *precarização* das condições de trabalho em praticamente todos os países. Os padrões vividos pela grande maioria da população mundial tendem a infiltrar-se entre os trabalhadores de países que se sentiam mais ou menos a salvo dessa selvageria. O aumento do desemprego nos países centrais não significa uma melhoria real dos empregos nos demais países, mas um rebaixamento geral das condições laborais e, sobretudo, de direitos ligados ao contrato de trabalho.

A gigantesca e pornográfica centralização e concentração da propriedade da capacidade produtiva, ou dos recursos sociais de produção (para além dos meios diretos de produção), impulsionou e segue exigindo sempre mais “liberdade” para a circulação internacional de capitais. Se sua imposição foi originada nos EUA, contou com aceitação e adesão das demais grandes burguesias, originadas em países centrais ou não. As condições de reprodução das relações econômicas capitalistas parecem impossibilitadas de alterar esse contexto altamente contraditório.

Esses fenômenos resultaram em modificações expressivas no conjunto das burguesias “nativas” ou nacionais, uma vez que também elas vivem agora num duplo movimento, que precisa responder a injunções nacionais e internacionais. Não se trata apenas do bloco de países da Europa, nem da crescente tendência à formação de blocos econômicos, mas de uma configuração política peculiar para quase todos os países, que dissemina uma “generalização capitalista” fortemente homogeneizadora ao mesmo tempo promotora do aprofundamento das desigualdades.

Somente grandes burguesias ainda mais concentradas do que no período monopolista (em geral, presentes em inúmeros setores, embora tenham um setor econômico principal ou original) atuando em escala internacional, conservam relevância, inclusive nos cenários nacionais. O tema chegou a ser best-seller internacional com o livro recente de Thomas Piketty. Elas estão associadas de variadas e tensas maneiras com outras burguesias, principalmente estadunidenses, mas não apenas. Apesar de todos os discursos neoliberais, essa associação burguesa e formas renovadas de dependência jamais eliminaram ou reduziram a importância dos Estados para o processo de reprodução do conjunto das relações sociais capitalistas. Isso nos traz de volta às reflexões de Gramsci, sobre a configuração dos aparelhos privados de hegemonia, e às de Poulantzas, sobre a imbricação burguesa nos Estados.

Sobretudo no grau de concentração de capitais que vivemos (o livro de Thomas Piketty (2013), chegou a figurar na lista dos best seller nos EUA, com enorme divulgação mundial), tais burguesias brutalmente enriquecidas necessitam crescentemente de gestores, de controladores, de doutrinadores cujos interesses particulares estejam entrelaçados aos da garantia da lucratividade do capital, nas mais diversas modalidades e territórios de atuação.

Grandes proprietários e seus prepostos não estão apenas nas empresas, em entidades financeiras (bancárias ou não bancárias) e nas bolsas de valores. Em conjunto com os Estados, patrocinam e estimulam entidades associativas privadas, garantem sua intimidade com agências públicas e com diversas entidades internacionais, desde as oficiais mais conhecidas como BM, FMI, passando pelas semi-oficiais, como OMC-WTO (World Trade Organization). Disseminam uma socialização escolar adequada à sociabilidade que promovem, como aquela assegurada pelas Escolas de Gestão, especialmente os MBAs, muitos deles internacionais (pela origem dos capitais e pela composição das turmas).

Uma vasta e densa malha de entidades e de instituições de caráter burguês, com níveis de atuação diversos (desde os mais estratégicos, até os de formação e de atuação direta com os setores mais vulneráveis e fragilizados das diferentes sociedades) não reduziu de forma alguma a relevância dos Estados. Ao contrário. Eles seguem o local fundamental da conexão e garantia das diferentes modalidades de extração de valor, de *educação para o capital* e de contenção dessas massas crescentes de trabalhadores. A democracia burguesa se restringe (torna-se blindada, como lembra Demier, 2012) mas conserva papel essencial, posto ser ainda mais fundamental *corresponsabilizar* a todos e a cada um, enquanto a representação parlamentar procura convencer de que é possível *domesticar* (no duplo sentido do termo: amansar e tornar doméstico) os impulsos do capital. Sua ação visa a modificar o alcance das políticas públicas, doravante formatadas segundo peculiar tripé, no qual uma concorrência fortemente desigual entre os trabalhadores se torna peça-chave:

- 1) política máxima para o grande capital: apoio quase incondicional aos grupos burgueses de *alcance* internacional como condição de manutenção dos próprios Estados;
- 2) minimização de políticas nacionais (isto é, de abrangência nacional e de cunho universal) para o conjunto dos trabalhadores, cuidando entretanto para que não desapareçam e incidam sobre grupos menores (recorrentemente denunciados como *privilegiados*);
- 3) disseminação de políticas *infra-nacionais* (menos que mínimas, pontuais, localizadas e não conversíveis em políticas universais), muitas realizadas através de parcerias público-privadas.

Nesse contexto já dramático, mais condições são ainda impostas: a exigência de competitividade e produtividade crescentes, que incidem tanto para qualquer formato que assuma a relação de trabalho, quanto para o conjunto da existência social (inclusive para os ambientes escolares, da saúde, atividades lúdicas, etc.); e o permanente impulso a engajamento filantrópico⁴ para aliviar as inúmeras urgências sociais, constantemente recriadas exatamente por tal formato da política, realizado através de inúmeras entidades associativas.

Há um aparente paradoxo e um cuidado a tomar. Quanto ao paradoxo, a ampliação da malha associativa voltada para minorar o sofrimento de diversos segmentos populares. Com diversas origens, empresarial, semi-estatal ou mesmo popular, longe de assegurar a ampliação do Estado através da concretização de políticas de cunho universal para os próprios nacionais (como anteriormente ocorreu, assinalado por Gramsci e Poulantzas), elas estimulam o seu retraimento. Não obstante, há um cuidado a tomar – tais entidades associativas expandiram o âmbito da sociedade civil como um dos espaços fundamentais das lutas de classes e é exatamente sua relação com o Estado na atualidade o desafio a que devemos responder.

Nos limitaremos a esboçar alguns traços da direção orgânica do grande capital em escala internacional e de características que parecem se generalizar na configuração dos Estados, através da contínua extensão e consolidação de entidades associativas empresariais de âmbitos nacionais e internacional, seja agrupando empresários, quadros gestores, intelectuais e empresários diretamente para a defesa de setores ou posições do capital; seja atuando de maneira mercantil-filantrópica sobre alguns temas e setores, em especial a pobreza e a educação.

1. Nos âmbitos nacionais, entidades empresariais se aproximam e se imbricam no Estado (Estado ampliado), como mostrou Gramsci, de variadas maneiras. A existência de *lobbies* para agir diretamente sobre votações parlamentares não é a única nem mesmo a mais importante forma de sua influência. Em grande parte, tais *lobbies* são apenas extensões pontuais de aparelhos privados de hegemonia, destinadas a uma atuação específica juntos

⁴ Denominei tais entidades de mercantil-filantrópicas, uma vez que converteram certa militância ingênua mas generosa em empregos com escassos direitos, ao tempo em que funcionam como válvula de escape para grandes capitais, tanto na redução de impostos quanto na formatação de uma sociabilidade adaptativa às condições atuais.

aos legislativos. O crucial é seu papel de *formuladoras* de políticas exatamente a partir de sua atuação enquanto entidades organizativas (*think-tanks*, fundações, associações as mais diversas, mal apropriadamente denominadas de ONGs). Os recursos empresariais, incluindo a mídia, permitem que difundam em grande escala suas proposições, gerando consensos difusos, sobretudo desfazendo ois consensos fundamentais da classe trabalhadora. A inserção de tais entidades no Estado ocorre através de assessorias e consultorias *técnicas* que, aparentemente exercidas desde fora do Estado são por ele recorrentemente acionadas para a tomada de decisões cruciais. Também pode ocorrer pela incorporação direta de peritos (formados e designados por tais entidades especializadas) a ministérios, conselhos e comissões técnicas públicas, etc. Os partidos políticos, polos clássicos de tal inserção, seguem cumprindo tal papel, apesar de sua crescente homogeneização no cenário político. Aparentemente – e essa suposição exige maiores investigações – esse processo resulta na aproximação dos formatos de precarização das relações laborais, rebaixando os direitos sociais segundo ritmos diversos, limitados pelas condições históricas das lutas de classes em cada país.

- Tais entidades também disseminam “formas de ser”, cumprindo papel educativo para o capital: apoio com recursos ou suporte logístico a entidades voltadas para situações urgentes (doenças específicas, catástrofes, fome, sem teto, etc.) ou para situações estatisticamente assinaladas como capazes de produzir comoções (doenças raras ou distúrbios mentais, 'cooperação internacional', índices preocupantes de nutrição, reprovação escolar, ensino de línguas estrangeiras, informática, parques, museus, etc.). Parcerias público-privadas de tipo “cidadã” fomentam a redução de direitos universais e o deslocamento dos recursos públicos para a sustentação de tais entidades. São expressão de uma “pedagogia da hegemonia”, ou nos termos banalizados da mídia proprietária, são “formadoras de opinião”. Sobretudo, vale insistir, são as atuais formuladoras de políticas públicas, captadoras de consenso, aparentemente distantes das situações eleitorais, embora sejam tais entidades as que terão espaço nas mídias para questionar qualquer atuação partidária que enfrente o senso comum que elas difundem. O alvo central é reduzir questões universais a soluções pontuais, de cunho infra-nacional;

- a aparência filantrópica obscurece a prática de comportamentos sociais violentos e agressivos, inclusive no plano intelectual: grande parte dessas entidades expressa um anti-politicismo primário (ao qual se agrega um anti-comunismo rígido, chegando ao ponto de negar a existência da classe trabalhadora), o que as leva a denunciar como “ideológicas” todas as iniciativas críticas, elaborando e financiando campanhas de mídia e expurgando

qualquer reflexão anticapitalista. Mesmo entidades aparentemente autônomas dependem dos financiadores que as sustentam e, por essa razão, aderem à manutenção do status quo. Nos casos mais severos, sob o manto da filantropia, convocam estridentemente a violência “legal” e exercitam o uso desabusado de violência social direta. Campanhas contra a “impunidade” e pelo aumento das penalizações de Estado ou por ingerências externas se expandem.

Dessas práticas resulta uma ampliação *unilateral* do Estado, que incorpora número crescente de entidades, em sua maioria esmagadora patrocinadas pelo empresariado.

2. Em âmbitos internacionais – troca de experiências sobre propostas jurídicas, formatos legais, modalidades de contenção de lutas sociais e aprendizado recíproco sobre usos alternados ou superpostos entre coerção e convencimento. As práticas de truculência fartamente empregadas em países subalternos pelos prepostos da grande burguesia, endossadas e enfatizadas por burguesias locais, tornam-se armas genéricas para utilização em quaisquer Estados. A possibilidade de aprofundamento da violência burguesa cresce, em todos os territórios.

A evidência dessa inter-conexão capital-imperialista não pode apagar as tensões e conflitos em seu interior. Não nos parece que se instaure algo como um “superimperialismo” à la Kautsky. Desaparecida a ameaça direta e premente de *contágio* revolucionário (real ou suposto) que representava a URSS, a estratégia tensa de compartilhamento inter-imperialista capitaneada pelos EUA enfrenta também contradições. Mantém-se a promessa de uma partilha “pacífica” inter-imperialista, porém realizada através de guerras localizadas (de baixa intensidade apenas para os agressores), mas se intensifica a disputa do botim. O ingresso de novas burguesias capital-imperialistas (como os BRICS, que não constituem uma unidade), tende a aumentar o grau de tensão entre todos os países capital-imperialistas, e não a reduzi-la. O risco do enfrentamentos militares inter-imperialistas entre países profundamente desiguais aumenta, mesmo que não haja nenhum país com potência militar para enfrentar os EUA. O fortalecimento de velhas (e novas) direitas nacionalistas pode assinalar os limites desse formato capital-imperialista, mas ainda não se traduziu na modificação substantiva de sua forma política.

Para finalizar: por mais poderoso que seja um conglomerado internacional, ou burguesias, tomadas em conjunto no interior de um Estado, de um setor econômico, ou por mais organizadas que sejam entidades empresariais transnacionais, por mais ágeis e tecnológicos que sejam os seus agentes, não podem controlar a dinâmica contraditória desatada pela expansão das relações

capitalistas. A história não é uma teleologia, nem mesmo dos mais poderosos. As contradições suscitadas são tão mais formidáveis quanto maior a escala e a extensão (territorial, social, ambiental, política) na qual se move a reprodução do capital e onde precisam agir tais sujeitos. Tais contradições são o nosso lugar de luta.

BIBLIOGRAFIA

- BRUNHOFF, Suzanne de. *État et capital*. Paris, Maspéro, 1976.
- DEMIER, Felipe Abranches. Democracias blindadas nos dois lados do Atlântico: formas de dominação político-social e contrarreformas no tardocapitalismo (Portugal e Brasil). *Libertas* (UFJF. Online), v. 12, p. 00, 2012 (Disponível em: <http://libertas.ufjf.emnuvens.com.br/libertas/article/view/2064>).
- DREIFUSS, René Armand, 1964: *A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. 5ª. ed., Petrópolis, Vozes, 1987.
- DREIFUSS, René Armand. *A Internacional capitalista. Estratégias e táticas do empresariado transnacional 1918-1986*. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo, 1986.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil. Ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.
- FONTES, V. *O Brasil e o capital-imperialismo*. Rio de Janeiro, EPSJV-Fiocruz e Edit. UFRJ, 2010.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere. Volume 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere. Volume 1: Introdução ao Estudo da Filosofia*. 2ª. ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.
- PIKETTY, Thomas. *Le capital au XXIè siècle*. Paris, Seuil, 2013.
- POULANTZAS, Nicos. *O Estado, O Poder, O Socialismo*. Rio de Janeiro, Graal, 1981.
- POULANTZAS, Nicos. *Internationalization of Capitalist Relations and the Nation-State*. In: MARTIN, James (Ed.) *The Poulantzas Reader*. London, Verso Books, 2008, pp. 226.
- POULANTZAS. *Les classes sociales dans le capitalisme aujourd'hui*. Paris, Seuil, 1974.